



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

“CÃES DANADOS DO FASCISMO¹” NO (DES)GOVERNO FEDERAL: uma análise
a partir da política de saúde

CLEOMAR JAMYSON DA SILVA MELO ²

RESUMO:

Este trabalho realiza avizinhamentos da roupagem neofascista e ultraneoliberal que constitui o governo Bolsonaro, a partir da Política de Saúde, sobretudo em tempos de pandemia da COVID-19. Trata-se de um ensaio teórico de caráter documental e bibliográfico, como parte das análises que vimos realizando na pesquisa de mestrado, tendo como referência a perspectiva crítica, norteadora das nossas análises. Identifica-se, que o Estado brasileiro sob o atual governo está submerso em expressões concretas do neofascismo, que com a pandemia ocorre uma exponencial intensificação dos ataques às políticas sociais, sobretudo a de saúde, e conseqüentemente as classes subalternas.

Palavras Chave: Neofascismo. Governo Bolsonaro. Política de Saúde

ABSTRACT:

This work approaches the neo-fascist and ultra-neoliberal guise that constitutes the Bolsonaro government, based on the Health Policy, especially in times of the COVID-19

¹Para mais informações conferir no site: <https://www.contraprivatizacao.com.br/>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

pandemic. This is a theoretical essay of a documentary and bibliographic nature, as part of the analyzes that we have been carrying out in the master's research, having as a reference the critical perspective, which guides our analyses. It is identified that the Brazilian State under the current government is submerged in concrete expressions of neo-fascism, that with the pandemic there is an exponential intensification of attacks on social policies, especially health, and consequently the subordinate classes.

Keywords: Neofascism. Bolsonaro government. Health Policy.

1. INTRODUÇÃO:

Como nomeia o trecho da canção — chamada de Pedrada, do cantor e compositor Chico César — temos “Cães danados do fascismo” na condução do governo brasileiro, o que evidencia gigantescos ataques as formas de ser e viver das classes subalternas. Nessa direção, consideramos que as expressões neofascistas e ultraneoliberalistas presentes nas ações e discursos do governo Bolsonaro atuam de forma unificada, como uma espécie de simbiose mortífera, impactando da caça dos direitos e políticas sociais, sobretudo a de saúde, sendo interesse de nossa discussão.

Sendo assim, o nosso trabalho aponta alguns dos principais rebatimentos da forma e conteúdo neofascista do governo federal na política de saúde, especialmente, com os acontecimentos mortíferos advindos da crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus em suas expressões no país.

Este artigo é uma parte das aproximações que realizamos com a pesquisa que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “A contrarreforma na política de saúde no Brasil e a função do aparelho privado de hegemonia de resistência: uma análise da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde”. Assim como, dos estudos — nas disciplinas de Tópicos Especiais em Política de Saúde e

na de Estado, Sociedade e Direitos — e investigações que temos empreendidos no âmbito do mestrado da Pós Graduação em Serviço Social.

Desse modo, dividimos a discussão em dois momentos, o primeiro aborda elementos preliminares sobre o ultraneoliberalismo e os traços neofascistas presentes no governo Bolsonaro. Além disso, realizamos uma discussão sobre alguns aspectos do fascismo histórico e a relação com as expressões atuais do fascismo. No segundo momento das nossas análises, realizamos a tentativa de responder sobre: Quais os rebatimentos do neofacismo na política de saúde?

Com isso, estamos certos, que o governo Bolsonaro tenha profundos traços fascistas, considerando-o como um neofascista, donde essas expressões, rebatem intensamente na política de saúde — sobretudo, em tempos de pandemia do novo coronavírus —, impactando frontalmente as vidas subalternizadas pela sociabilidade capitalista.

2. APONTAMENTOS PREAMBULARES ACERCA DO ULTRANEOLIBERALISMO E DAS EXPRESSÕES DO NEOFASCISMO NO GOVERNO BOLSONARO

Os percalços desastrosos do tempo presente, delimitando-se os três anos (2019, 2020 e 2021) do governo Bolsonaro, afetam as formas de ser e viver das classes subalternas, tendo como alicerces os elementos históricos-políticos-econômicos do pós Constituição Federal de 1988 e o seu paradoxo contraditório — pois, ao mesmo tempo que se teve ganhos no âmbito dos direitos, houve um processo de implementação do ideário neoliberal³ —. Ganhando intensidade e aprofundamento a partir de 2016, com o golpe sobre o governo do Partido dos Trabalhadores - PT⁴,

³Estabelecida pelos Requerimentos números 1.371 e 1.372, de 2021, com o objetivo de averiguar, no período de 90 dias, atos e ausências do Governo Federal na defrontação da Pandemia da Covid-19 no país.

⁴A professora Juliane Cislaghi vem chamando essa etapa do neoliberalismo sob os governos do PT, como o neoliberalismo de cooptação, pela conformação conciliatória e de grande aproximação com as arrimos neoliberalizantes e neoconservadores. Esse diálogo pode ser conferido na sua coluna no site da Esquerda Online. (2020, <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacao-como-respostas-resistencias/>).

que coloca o, na época, vice-presidente Michel Temer, na cadeira da presidência. Esse golpe de caráter midiático-jurídico-parlamentar, como fruto das imperantes necessidades do capital financeiro-imperialista-internacional de aprofundar e recrudescer a forma e conteúdo do neoliberalismo, cria um espaço favorável para a sua concretização, tendo em vista que, não havia espaço na coalizão de classes oferecida pelo PT. Além disso, a “onda conservadora” (DEMIER e MELO, 2018) exterioriza um verdadeiro nó, costurado pelas áreas mais conservadoras e reacionárias do país, que ao ver a imprescindibilidade de combater o crescimento da participação e ocupação dos espaços públicos das classes subalternas — leia-se população LGBTQIA +, mulheres, população negra, povos tradicionais e etc. — fora ligado o sinal de alerta, dos defensores da família brasileira, dos cidadãos de bem, dos fundamentalistas religiosos e da elites patrimonialistas.

Sierra, Veloso e Zacarias (2020), julgam que esse processo de intensificação das ações e discursos, conservadores e tenebrosos, sejam resultados das necessidades de se realizar uma mudança no país que

[...] deveria ser feita pela formação de uma nova ordem baseada na moral cristã, no neoliberalismo e no emprego severo das leis e das armas, os evangélicos revigoraram o fundamentalismo cristão e apoiaram a ofensiva do capital contra a classe trabalhadora [...]. Desse modo, os neoconservadores revigoraram o que é mais tradicional na política Brasileira: a sua raiz no latifúndio, a sua força nos aparelhos repressivos e a sua moral cristã. (Sierra, Veloso e Zacarias, 2020, pág. 62)

A trágica vitória do Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, representou um grande perigo às vidas subalternizadas pois, ainda durante o processo eleitoral nos seus discursos estavam presentes a governança do Estado pela via do: neofascismo, neoconservadorismo e do ultraneoliberalismo. Como defendem os professores Borges e Matos (2020, pág. 73),

a eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo.

E acrescentam,

o discurso do presidente Bolsonaro, como pretexto de combate à esquerda e em defesa de um projeto de ultradireita, expressa o ódio à diversidade humana, a ênfase da misoginia, a defesa do armamento para o enfrentamento das expressões da questão social, dentre outras. Essas manifestações presidenciais, trazidas aqui como exemplos, uma vez que não esgotam os conteúdos de seus discursos, fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim. (BORGES e MATOS, 2020, pág. 76-77)

Ou seja, o Bolsonaro ao longo de sua carreira política, com mais de 30 anos de vida pública-política com escasso registro de contribuição de proposituras para o povo, além disso, agindo como uma espécie de “canibal” da máquina pública (inclusive de gente⁵) e ainda, no prenúncio do golpe de 2016 e a posteriori quando naturalizou a barbárie ao exaltar na exposição do seu voto a favor do golpe, o torturador e assassino da ditadura militar o Coronel Brilhante Ustra. Então o período eleitoral e agora no governo, melhor dizendo (des)governo, não enganou ninguém, pois suas ações e seus posicionamentos sempre foram favor de pautas do tipo: anti-democráticas, reacionárias, anti-comunistas, anti-esquerdista, machista, xenófoba, racista, homofóbica, contra direitos (trabalhistas, sociais, civis, previdenciários e etc), e entre outros, o que reforça sua estreita identificação com o neoliberalismo, neoconservadorismo e o neofascismo.

Neste sentido, acreditamos que essas expressões não estejam separadas — no sentido de seus efeitos sob as classes subalternas —, alcançando uma intencionalidade que espraia-se por dentro do Estado e a partir dele, forjando-se assim, dois aspectos que consideramos imprescindíveis: o primeiro, é que existe uma relação simbiótica — que chamamos de simbiose intrincada — entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, situando-se intrinsecamente com os interesses da sociabilidade burguesa, ou seja, a moral e o mercado andando de mãos juntas guiadas pelo capital.

E o segundo elemento, refere-se a intensidade das expressões do

5O Estado imerso no ideário neoliberal, atende às requisições da reestruturação das forças produtivas e reprodutivas com a intencionalidade de enfrentar a crise do capital, chamada e datada por Mészáros (2011) de crise estrutural sistêmica, por impactar a sociabilidade do capital como um todo, e que segundo o autor, a partir dos anos de 1970 ocorrerá o seu desdobramento. Desse modo, Harvey (2014, pág. 77) tem defendido que os neoliberais têm total indiferença à democracia de base popular e participativa, pois “tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar”.

neoliberalismo e do neoconservadorismo tem alcançado na atualidade, como aspectos de continuidade de processos políticos-econômicos-sociais-culturais anteriores que ganham musculatura ao longo do tempo e pela condições sócio-históricas favoráveis.

As classes subalternas, vivenciam duras conjunturas, com aspectos mórbidos e destrutivos (dos direitos, da natureza, das vidas e etc.). Sendo assim, Paulani (2021) tem defendido, que o governo Bolsonaro é caracterizado por três elementos de destruição: o primeiro que seria esse caráter amplificado do (ultra) neoliberalismo — que mostra sua feição a partir de 2016 com Michel Temer⁶ —; o segundo está relacionado ao Fascismo cultural presente no governo; e o terceiro, a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 — sob esse aspecto, desenvolveremos no próximo item do nosso trabalho.

Considerando, o segundo aspecto destrutivo apontado pela autora, que refere-se a presença do fascismo no governo Bolsonaro — que pelos elementos históricos contemporâneos trataremos como neofascismo —, seja necessário dialogarmos sobre: o que seria o fascismo? e, Quais são os traços do fascismo/neofascismo de Bolsonaro e do seu governo?

Mattos (2019), em recente publicação discutindo a relação entre o fascismo histórico e o governo Bolsonaro, recupera elementos importantes para pensarmos o que seria o fascismo. E o faz, recuperando reflexões que estavam presentes no centro do movimento comunista internacional, justamente no momento de afloramento do fascismo, entre as décadas de 1920-1930 com expressões no contexto Italiano e Alemão. Dando notoriedade para as ideias de Antonio Gramsci, León Trotsky e Clara Zetkin — das quais trataremos brevemente sobre as do primeiro, haja vista que não temos a intenção de esgotamos as suas análises sobre o fascismo.

O sardo-comunista, Gramsci, em suas elaborações para pensar a onda fascista que estava ganhando força no contexto italiano, traz contribuições imprescindíveis sobre a caracterização do fascismo em seu momento emergente, na sua forma política. O

⁶afirma Bolsonaro em uma entrevista para repórteres da Folha de São Paulo, que usava o dinheiro do auxílio-moradia para “comer gente”. Para mais detalhes, conferir em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/01/12/interna_politica.652942/em-entrevista-bolsonaro-diz-que-usou-auxilio-moradia-para-comer-gent.shtml

primeiro aspecto, é de identificar que existia uma base social sustentadora (a pequena burguesia, os assalariados médios e partes do proletariado) que avolumavam as fileiras do movimento fascista, em busca de soluções heróicas que combatesse os efeitos da crise — chamada por ele de crise orgânica⁷ — instituídas no entre guerras — da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Um segundo elemento apontado pelo autor, como instrumento primordial no processo de fortalecimento do fascismo, foram as formas espalhadas no e pelo Estado. Como fora alertado,

os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular os organismos da segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política (Gramsci apud Mattos, 2019, pág. 31).

Ou seja, o apoio da burocracia estabelecida no Estado foi imprescindível para o triunfo e espalhamento da ideologia fascista, tanto pela força, como pelo consenso. Porém, a força política da sociabilidade capitalista não se afirma apenas na forma estatal, nela apenas é impulsionada e cimentada, como defende Mascaro (2013, pág. 42 [versão digital])

o fenômeno político, no capitalismo, não se limita ao Estado, mas nele se condensa. O Estado é o núcleo material da forma política capitalista. O governo é o núcleo poderoso e dirigente do Estado e a administração pública é seu corpo burocrático.

Todavia, recuperado alguns elementos sobre o fascismo histórico, — mesmo que de forma breve e na perspectiva de um dos críticos do fascismo — evidencia-se os traços do fascismo no tempo presente, principalmente no contexto brasileiro, caracterizando como neofascismo. Pois, como afirma Arcary (2019, pág. 103), o cenário histórico-conjuntural neofascista do Brasil como um país de condição

⁷Com as diversas medidas/programas/propostas de caráter puramente ultraneoliberais e ultraneoconservadoras, como: a) a instituição da Emenda Constitucional Nº 95/2016, congelando por 20 anos os “gastos” com políticas sociais; b) reformulação/alteração de programas e políticas no âmbito da saúde (como na Atenção Básica, no modelo de financiamento, na saúde mental e etc.); c) aprovação da terceirização irrestrita e da “reforma trabalhista”; entre outros.

dependente, não pode ser equiparado aos aspectos característicos dos fascismos históricos nos contextos europeus. Dado que, “não responde ao perigo de uma revolução. Responde à experiência de setores da classe média, durante os quatorze anos de governos de colaboração de classes” do PT, e à cristalização “econômica e regressão social dos últimos quatro anos, a maior da história contemporânea” no país.

Neste sentido, os vários elementos são suficientes elementos para reafirmar o caráter neofascista do governo Bolsonaro, visto que,

o núcleo duro de sua base social é a classe média. Mas alcançou influência entre os trabalhadores. Ele responde às demandas de liderança forte contra a corrupção e de comando diante do agravamento da crise da segurança pública; ao ressentimento diante do aumento do peso dos impostos; à ruína de pequenos negócios diante da regressão econômica; à pauperização, diante da inflação, dos custos da educação, saúde e segurança privadas; à exigências de ordem diante das greves e manifestações e de autoridade diante dos conflitos da disputa de poder entre as instituições; ao sentimento de orgulho nacional diante da regressão econômica dos últimos quatro anos. (ARCARY, 2019, pág. 101)

Portanto, tais ingredientes imprescindíveis para a saída da crise do capital, demonstram a roupagem ultraneoliberal e neofascista do governo Bolsonaro, que atinge de frente as conquistas postas na CF 88 no que diz respeito aos direitos e políticas sociais, sobretudo a política de saúde — interesse do nosso caleidoscópio —, à qual apontaremos a seguir alguns elementos.

3. E NA POLÍTICA DE SAÚDE, QUAIS IMPACTOS?

Nesses três anos de governo Bolsonaro, temos a divisão de dois momentos de ataques à Política de Saúde, um que diz respeito ao início do mandato até o início da pandemia, e o outro, que começa após a decretação da pandemia. Obviamente, os dois períodos, compõem a forma e o conteúdo do bolsonarismo no poder, fazemos uma divisão apenas para evidenciarmos o aprofundamento das expressões neoliberais, neoconservadoras e neofascistas.

As adversidades que têm atingido a Política de Saúde brasileira no tempo corrente, não são de hoje — desde o pós-CF 88 a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso⁸, do PT⁹ (Lula e Dilma) e Temer (como já mencionamos em uma nota de rodapé acima) —, por isso, a (re)inauguração de medidas ultraneoliberais e neoconservadoras ganha intensificação nas inflexões sobre a política de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018) defendem que a ocorrência dos ataques tem se dado, pela hipervalorização da lógica gerencialista, pela ampliação da relação público-privada e pela estimulação ao aumento de planos populares privados de saúde.

No primeiro momento — anterior a pandemia —, as desastrosas medidas-ações~discussões direcionadas a política de saúde e o SUS, em destaque:

- 1) O interesse por parte do Ministério da Saúde pela municipalização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, sendo um verdadeiro ataque, pelo escasso orçamento dos municípios brasileiros, inviabilizando o desenvolvimento da política;
- 2) Pelas mudanças desnecessárias realizadas internamente no Ministério da Saúde, como a criação e reordenamento de secretarias, aglomerando departamentos temáticos (Doenças de condições crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis), com o intuito de subalternizar políticas. Essas alterações, potencializam o desmonte de experiências importantes para a Política de saúde, como é o caso do Programa Nacional de HIV/AIDS, e ao fazê-lo, evidencia a face neofascista pelo preconceito de sorofobia institucional¹⁰. Essa intencionalidade neofascista no trato com a temática evidencia-se pelas ações negacionistas no combate do vírus, endossadas

8A crise orgânica é caracterizada pela correlação que há entre as crises de ordem econômica, política e cultural. Nos termos gramscianos, essa crise orgânica lesiona a totalidade das relações sociais — evidentemente que as classes subalternas são as maiores impactadas. Para maiores discussões resumidas sobre este conceito, conferir em VOZA, P.; LIGUORI, G. Dicionário gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017, pág. 162-164. Assim como, em Gramsci, A. Cadernos do cárcere. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, pág. 60.

9Ocorreu a criação do Programa Nacional de Publicização com adesão as Parcerias Público-Privadas (PPP) que impulsionou a propositura e aprovação da Lei nº 9.637/98 criando as Organizações Sociais (OS), para a gestão de políticas sociais, incluindo a de saúde.

10Destaque para a ampliação das PPPs, com a criação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Privado (OSCIP), da Fundação Estatal de Direito Privado (FEDEP) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

pelo aniquilamento ou abstinência sexual, além de discursos, chamando de corpos indesejáveis ou pervertidos.

- 3) A publicação da Nota técnica nº 11/2019¹¹ pela Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, cujo conteúdo diz respeito ao fortalecimento dos manicômios e das comunidades terapêuticas, essas com vínculos religiosos. Ou seja, com o claro intuito de enfraquecer a Rede Psicossocial.
- 4) a publicação da Portaria nº 2.979¹², de 12 de novembro de 2019, que cria o Programa Previne Brasil, estabelecendo o novo modelo de financiamento para a atenção primária à saúde, propiciando uma desestruturação do programa Nacional de Apoio a Saúde da Família (NASF);
- 5) A promulgação da Lei nº 13.958¹³, de 18 de dezembro de 2019, dispendo sobre a criação do programa Médicos pelo Brasil, para a atenção primária. Além disso, instituiu a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), demonstrando sua intencionalidade mercadológica e privatizante da saúde, nesse nível de organização da política;
- 6) A liberação aligeirada de agrotóxicos, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que nos três primeiros anos de governo foram autorizados mais de 1500¹⁴ agrotóxicos. Essas “boiadas¹⁵” que estão passando, apesar de não ser diretamente sobre a gestão do Ministério de Saúde, mas afeta diretamente o SUS e a saúde, principalmente a dos trabalhadores rurais e dos povos originários que se encontram em territórios próximos das plantações com intensivo uso dos “venenos”, que demandará mais aos serviços de saúde.

Dando seguimento, as inflexões sobre a Política de saúde, ocasionada pelo

11Barbosa Filho e Vieira (2021, pág. 135) apontam que “a sorofobia pode ser entendida como o conjunto de crenças irracionais, discriminatórias e medos infundados sobre o HIV/Aids que resultam em episódios de violência institucional, física, psicológica e política não só contra as populações soropositivas, mas também contra grupos sociais considerados mais vulneráveis à pandemia de HIV/Aids.”

12<https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>

13<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>

14http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13958.htm

15<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/governo-bolsonaro-bate-proprio-recorde-e-libera-uso-de-550-novos-agrotoxicos-em-2021>

governo neofascista do Bolsonaro, somando-se a pandemia do novo coronavírus — apontado acima e defendido por Paulani (2021) como o terceiro elemento destrutivo —, que tem catalisado intensidade a crise econômica vivenciada pelo capitalismo na sua face amplificada desde os anos 2008/2009, são desnudadas as contradições intrínsecas a sociabilidade capitalista.

Dessa maneira, no dia 11 de março de 2020 foi declarado¹⁶ pela Organização Mundial de Saúde (OMS) estado de atenção global pela pandemia da COVID-19. No Brasil obteve o registro do primeiro em 26 de fevereiro de 2020, e em 20 de março do mesmo ano, é publicado o Decreto Legislativo nº 06¹⁷, tratando-se como estado de calamidade pública.

Até a segunda semana de fevereiro de 2022, data que escrevemos esse texto, somava-se¹⁸ os mais de 28,2 milhões de casos confirmados de COVID-19 e lamentavelmente, as mais de 644.000 mil mortes ceifadas pela doença ou complicação da mesma. Autoridades sanitárias e científicas do país e do mundo têm defendido diversas medidas como forma de enfrentar a doença, como: o distanciamento social, a higienização das mãos, o uso de máscara e principalmente o uso da vacina (as doses necessárias e as de reforço). Mas, infelizmente, o Brasil sob um governo neofacista e ultraneoliberal, desde o início da pandemia tem se posicionado com discursos e ações negacionistas e genocidas. Como assevera Amaral (2021, pág. 58)

A célere propagação da doença no país, é ainda mais agravada pela disseminação de ideias e comportamentos negacionistas e irracionalistas, por parte do governo federal e do seu representante máximo, pela falta de investimentos no sistema público de saúde e na política de ciência e tecnologia.

Desde o começo do contexto pandêmico, Bolsonaro tem demonstrado desprezo total pelas vidas ceifadas pelo vírus, aparecendo e diversos dos seus discursos: “é só uma gripezinha¹⁹”, “não sou coveiro, tá?²⁰”, “deixar de ser um país

¹⁶<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>

¹⁷[https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-\(covid-2019\)-and-the-virus-that-causes-it](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it)

¹⁸<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>

¹⁹Podem ser conferidos e acompanhados pelo link: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>

²⁰<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

de maricas²¹” e entre outros. Além disso, tem agido de forma contrária a todas as medidas sanitárias, participando e aglomerando em passeatas e motossiatas, combatendo o uso de máscara, defendendo abertamente o não uso de vacinas. Seus discursos e ações, como afirma Calil (2021, pág. 40), têm produzido “ uma abordagem centrada na minimização da pandemia, na desqualificação das medidas de contenção” e na “naturalização da morte”, revelando-se o caráter genocida do seu governo.

Por conseguinte, a pandemia escancarou a face neofascista do governo Bolsonaro, que tem decidindo quem vai morrer e viver, pois em uma conjuntura econômica, política, cultural e social na particularidade da realidade brasileira é exposta “o avanço e endurecimento do ultraneoliberalismo, em todas as esferas da existência humana, sua face hiperautoritária, com expressões ultraconservadoras e protofascistas” (CASTILHO e LEMOS apud DARDOT; LAVAL, 2016, pág. 271).

E endossam,

Não se trata de ações desconexas, eventuais, pontuais ou excepcionais, trata-se, sim, de ações políticas que se transformaram em regra e não em exceção, que define quem importa e quem não tem importância, quem é essencial e quem é descartável. (CASTILHO e LEMOS, 2021, pág. 272)

Nessa mesma linha de raciocínio, Soares (2020), tem defendido que além do Projeto Privatista de Saúde presente no governo, há também em uma espécie de atuação conjunta um Projeto Genocida de Saúde, que está fundamentado em “expressões ideológicas do irracionalismo, como o negacionismo científico e o neofascismo” (SOARES, 2020, pág. 313)

Assim sendo, consideramos que o ultraneoliberalismo e o neofascismo presentes no governo Bolsonaro se constitui como uma simbiose mortífera, que age de forma indissociada firmando-se nas ações do governo no “enfrentamento” da pandemia. Portanto, o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito²² (CPI) da COVID-19, no item que aborda sobre a “Geração de risco proibido - mortes

21 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

22 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

evitáveis", deixa claro que com a agilidade da imunização por meio da vacinação, "haveria cerca de 350 mil mortes no Brasil até o final de 2021. Se, contudo, o Brasil tivesse iniciado uma campanha de vacinação à taxa máxima, poderia ter evitado cerca de 127 mil mortes" (BRASIL, 2021, pág. 964). Quer dizer, a letargia da vacinação forjou efeitos alarmantes na mortalidade pelo vírus no país.

Desta maneira, as inflexões nocivas dessa simbiose mortífera na Política de Saúde e conseqüentemente o SUS, tem como marca o enraizamento na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, com as características agudamente antidemocrática, elitista, reacionária, militarizada, patrimonialista, conservadora e latifundiária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta lógica, realizamos uma breve apresentação sobre os traços neofascistas do governo Bolsonaro e seus efeitos sobre a Política de Saúde brasileira. Apontamos os elementos destrutivos presentes nas medidas contrarreformistas ultraneoliberais na política de saúde, também, evidenciando o caráter ultraneoconservador que tem ganhado maior intensidade com a política genocida do governo Bolsonaro, exponenciada no período pandêmico.

Neste sentido, os desafios postos pelos aspectos que abordamos, requer a cuidadosa atenção de pesquisadores(as), na tentativa de conhecer em sua totalidade as determinações e conseqüências, com a intenção de buscar alternativas estratégicas, para o combate e enfrentamento dos efeitos mórbidos, gerados para as classes subalternas.

Contudo, na contracorrente desse contexto de simbiose mortífera, a qual estamos vivenciando sob a batuta do governo Bolsonaro, temos a tarefa de nos organizarmos e avançarmos as ruas, sem esperar apenas pelas eleições, através da construção de uma frente única que aglomere as expressões das classes subalternas e tenham como inimigo comum o capital.

Compondo, as fileiras de lutas pela saúde pública, gratuita e universal, assim como está previsto na Constituição Federal de 1988, temos a forte organização da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS)²³ que há mais de 10 anos vem bravamente espalhando suas bandeiras de luta, reforçando a defesa intransigente do Projeto da Reforma Sanitária, e também por um SUS que seja totalmente universal, público e estatal.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 48, 2021.

ARCARY, V. Bolsonaro é ou não um neofascista? In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Consequência. 2019.

BARBOSA FILHO, Evandro Alves; DE SOUZA VIEIRA, Ana Cristina. A expansão da sorofobia no discurso político brasileiro. **Argumentum**, v. 13, n. 3, p. 134-147, 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da CPI da COVID-19**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/148b0ad1-c1a2-4f6e-96c3-49042fef607d>. Acesso em: 28 de dezembro de 2021.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E.; PINHEIRO, W. N. **As contrarreformas a política de saúde do governo Temer**. Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.com.br/argumentum/article/view/19139/13218>. Acesso em 01 jun. 2020.

BORGES, M. E. S., MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade In: BRAVO, M.I.S.;

MATTOS, M. B. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Consequência. 2029.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-47, 2021.

²³<https://youtu.be/mr5ZBN1kQgY>

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im) postos ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 447-466, 2017.

DEMIER, F. MELO, D. Onda conservadora, Crise Orgânica e Cesarismo de Toga no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. L.(Orgs). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, p. 253 - 272, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MASCARO, A. L. Estado e Forma Política. 1. ed. [recurso eletrônico] São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, B. M. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro In:CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Consequência. 2020.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Ana Carvalhaes... [et al.] – 2.ed. ver. E ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULANI, L. M. Dois anos de desgoverno: três vezes destruição. **Portal Brasil 247**[S.l: s.n.], 2021.Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/dois-anos-de-desgoverno-tres-vezes-destruicao>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

SIERRA, V. M.; VELOSO, S. R.; ZACARIAS, E. C. Pereira. Neoconservadorismo, Estado e vigilância. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SOARES, R. C. **Contrarreforma no SUS e o serviço social** [recurso eletrônico]. Recife: Ed.UFPE, 2020.